

Clássicos

Pode a Educação Participar na Reconstrução Social?

John Dewey

Resumo

Neste artigo Dewey deixa transcrito de uma forma clara, não só a sua posição perante a função complexa da escolarização, como também destaca a sua crítica perante determinadas abordagens idealistas. Não obstante defender um sistema escolar que tem a responsabilidade de transformar a ordem social existente, um status quo que se enquadra nos princípios do individualismo, Dewey recusa-se a aceitar que tal responsabilidade seja apenas das escolas. As escolas devem, na verdade, ser entendidas como parte integrante de um vasto contexto social e, conjuntamente com outras instituições, participar nessa transformação. Se o fizerem, entende Dewey, estarão já a cumprir o seu propósito social.

Abstract

In this article Dewey clearly expresses his position on the complex role of schooling as well as his critique of certain idealist approaches. Notwithstanding defending a school system that has the responsibility to transform the existent social order, a status quo based on the principles of individualism, Dewey refuses to accept that such a responsibility be delegated only to schools. In fact, schools should be understood as integral parts of a vast social context and, with other institutions, participate in this transformation. In so doing, says Dewey, they would be fulfilling their social role.

O *status quo* – expressivo ou repressivo?

O facto de que as escolas têm educado para algo denominado *status quo* é indiscutível. A falácia desta perspectiva é igualmente evidente. Não há *status quo* nenhum – exceto pelo sentido literal no qual Andy explica a frase a Amos: um nome para “a confusão em que nos encontramos”. Contudo, não é difícil definir aquilo que se denomina por “*status quo*”; a dificuldade assenta no facto de que o movimento dos actuais acontecimentos tem pouca relação com o nome pelo qual é denominado.

Na verdade o alegado *status quo* resume-se na expressão “individualismo cru”. Parte-se - ou partiu-se - do princípio que vivemos numa sociedade economicamente livre na qual cada indivíduo tem oportunidades iguais para desenvolver suas iniciativas e outras capacidades e que a ordem legal e política é desenhada e calculada de modo a promover esta liberdade igualitária de todos os indivíduos. A liberdade económica, para a vasta maioria da população, ou não existe ou é precária. Dada a sua ausência e a intangibilidade para a maioria, a liberdade política e cultural tem sido minada; a ordem legalmente constituída tem apoiado o ideal *beati possidentes*.

Neste contexto, não há necessidade de rever a mudança histórica de uma ordem agrária simples, na qual a ideia de igualdade de oportunidades continha uma larga margem de verdade, para uma ordem industrial complexa com um controlo político e económico concentrado. A questão é que a ideia e as teorias anteriores persistiram mesmo após terem perdido a relevância perante os factos correntes e foram posteriormente utilizadas para justificar e fortalecer a própria situação que minaram na prática. Afinal, qual é o verdadeiro *status quo*? É a condição da individualidade liberta postulada pela teoria filosófica dominante ou o avanço cada vez maior do poder das minorias privilegiadas, um poder exercido sobre as liberdades das massas sem uma responsabilidade correspondente?

Não será difícil defender uma resposta positiva e decisiva a favor desta última alternativa. No que diz respeito à função das escolas permitam-me citar aqui Roger Baldwin.

“Regra geral, pode-se dizer, inquestionavelmente, que as escolas públicas foram entregues à manutenção dos defensores militantes do *status quo* – as filhas da revolução americana, a legião americana, os fundamentalistas, o Ku Klux Klan e o Ministério da Guerra. Tenham em conta os registos de doze anos! Ritos patrióticos compulsivos e saudação da bandeira por lei na maior parte dos estados; leitura obrigatória da Bíblia Protestante em dezoito estados, contrariamente à provisão de separação da Igreja e do Estado; ensino compulsivo da constituição através de uma rotina prescrita; cometer o crime de ensinar a evolução em três estados; juramentos de lealdade especiais não exigidos a outros funcionários públicos em dez estados; juramentos de lealdade exigidos aos estudantes como condição para obterem a sua graduação em muitas cidades; manuais escolares de história revistos sob pressão de modo a estarem em sintonia com os preconceitos; restrição ou proibição dos sindicatos

de professores[as] filiados[as] com movimentos de trabalhadores[as]; leis que protegem o combate e o enfraquecimento da estabilidade do emprego; treinamento militar compulsivo, tanto nas escolas como nas universidades, com uma pressão inevitável da mentalidade militar nos[as] estudantes e nos[as] professores[as]”.

A estas formas de pressão externa e explícita pode ser acrescentada – e, na verdade, Baldwin acrescenta – uma pressão mais poderosa, por que subtil e natural, que actua, constantemente, sobre os professores[as] e estudantes.

Forças e tendências actualmente em conflito

Assim, a julgar pela situação actual, pode parecer que a *limitação* sobre os esforços dos professores[as] para promoverem uma nova ordem social – na qual o ideal da igualdade e liberdade dos indivíduos seja um facto e não uma ficção – sobrepõe-se profundamente em relação ao elemento de *possibilidade* de alcançarem este objectivo. Todavia, não é este o caso, mesmo perante as grandes contrariedades imediatas para a realização de tal possibilidade. A razão reside no facto de que o actual *status quo* se encontra num estado de fluidez; não há *status quo* nenhum se se entende esta expressão como algo estável e constante. Os últimos quarenta anos têm registado, em todas as sociedades industrializadas do mundo, um movimento decisivo em direcção ao controlo social das forças económicas. A pressão para este controlo do capital – ou, se preferirem, para a sua “regimentação” – é exercida, não somente através das agências políticas, como também por organizações voluntárias. Hoover que deu notoriedade à frase “individualismo cru”, enquanto presidente, actuou repetida e frequentemente defendendo uma intervenção e regulação governamental das forças económicas em larga escala. A lista de interferências à liberdade educacional genuína que citamos é, em si, um sinal de um esforço e, frequentemente, um esforço consciente, que rema contra a corrente – ou seja, rumo a um coletivismo que é hostil à ideia de uma acção livre por parte dos indivíduos que possuem poder político e económico uma vez que controlam o capital.

Espero que as considerações que tenho feito em torno da temática das limitações e possibilidades do esforço educacional para estabelecer uma nova ordem social estejam suficientemente claras. Os[as] professores[as] e administradores[as] dizem frequentemente que se devem “conformar com as condições existentes”, ao invés de fazerem aquilo que pessoalmente prefeririam fazer. Esta proposta poderia ser realizável se as condições fossem fixas ou mesmo razoavelmente estáveis. No entanto, não são. São profundamente instáveis; as condições sociais desenvolvem-se em direcções diferentes e, habitualmente, opostas. Perante isto, o[a] educador[a], no que tange à relação do trabalho educacional com a sociedade presente e futura, é constantemente obrigado[a] a fazer uma escolha. No que se refere às forças sociais, em que momento e em que direcção os[as] professores[as] investirão

as suas energias? A grande chaga é que, frequentemente, esta escolha é feita inconscientemente devido às exigências das pressões imediatas e à estimativa de probabilidade de sucesso em empreender ambições egoístas.

A obrigação que recai sobre os[as] educadores[as]

Desta forma, não creio que as escolas possam ser, literalmente, construtoras da nova ordem social. No entanto, as escolas, decerto, participarão, concretamente e não idealmente, na construção da ordem social do futuro à medida que se forem aliando com este ou aquele movimento, no seio das forças sociais existentes. Este facto é inevitável. As escolas [dos Estados Unidos da América] promoveram a desorientação e o caos social actual ao enfatizarem uma forma económica de sucesso que é intrinsecamente pecuniária e egoísta. O desejo de necessidade e, novamente, não por uma questão teórica, assume um papel preponderante na determinação da ordem social – ou desordem – do futuro, à medida que os[as] professores[as] e administradores[as] se alinham com os velhos ideais denominados “individualistas” – que na realidade são fatais para as individualidades da maioria – ou com as novas forças que criam o controlo social das forças económicas. A crença de que os[as] professores[as] devem passivamente adaptar-se às condições existentes é, apenas, uma forma – e uma forma covarde – de se fazer uma escolha a favor do antigo e do caótico.

Se a escolha dos[as] professores[as] é aderir às forças e condições envolvidas na luta pela transformação do controlo social do capitalismo – económica e política –, raramente haverá um momento durante o dia em que eles[as] não tenham a oportunidade de fazer a sua boa escolha no decorrer da acção. Se a escolha é consciente e inteligente, os[as] professores[as] descobrirão que tal escolha afecta os detalhes da administração e disciplina escolar, os métodos de ensino e ainda os métodos de selecção e ênfase de uma determinada matéria escolar. Mesmo que neste caso, repito, o[a] educador[a] esteja a tomar uma decisão, fá-la de uma forma cega e pouco perspicaz. Se os[as] professores[as] se encontram genuinamente comprometidos com forças actuais que tendem a desenvolver uma determinada ordem social que, através do controlo e posse colectiva, tornarão possível um genuíno e necessário “individualismo cru” (no sentido de individualidade) para todos os membros da comunidade, os[as] professores[as], para além disto, não ficarão contentes com as generalidades em torno de uma ordem futura desejável. A tarefa é transferir o ideal desejado para a conduta pormenorizada da escola, tanto ao nível da administração e instrução, quanto ao nível das matérias escolares. Para mim, tal tarefa é de uma enorme necessidade e é de responsabilidade daqueles que pensam que as escolas devem ser, conscientemente, parceiras na construção da mudança da sociedade. O desafio colocado aos[às] professores[as] deve ser expresso de forma muito clara. No entanto, tal desafio é apenas o início de um processo. O que significa isto no contexto específico de trabalho numa escola ou num jardim de infância? A resposta a esta questão e não propriamente um compromisso mais vasto com a teoria e os slogans sociais, é uma necessidade urgente.

Não obstante a letargia e timidez de muitos dos[as] professores[as], acredito que estes[as] existam em numero suficiente para responderem à grande tarefa de fazerem das escolas participantes de uma forma activa e militante na criação de uma nova ordem social, desde que lhes seja mostrada, não apenas a ampla finalidade de tal perspectiva, mas também os meios para a construção de tal desiderato. O Dr. Kandel, ao terminar um artigo, de algum modo inconveniente, sobre o papel das escolas na tarefa da reconstrução social, diz o seguinte, relativamente à sociedade, em geral: “Corrigir os abusos existentes e tornando-os ainda, em si, uma realidade, seria um auxílio bem-vindo; mais do que isso impediria o funcionamento das próprias escolas. Se o corpo docente, cuja tarefa consiste em definir e interpretar a cultura e o ideal de sociedade para a geração futura, tiver concretizado isto terá já enfrentado uma tarefa formidável; poderá criar as bases para uma nova ordem social, mas será a sociedade e não o corpo docente que determinará os seus pormenores”.

Existem, nesta citação, muitas palavras e frases que mereceriam destaque: correção de *abusos*; relegar *os pormenores* para a sociedade. Todavia, contento-me em questionar o seguinte: o que mais poderá querer um educador mesmo que seja “radical”? Os abusos não podem ser corrigidos, apenas, por intermédio de meios negativos; podem ser eliminados, apenas, se forem substituídos por condições humanas e de justiça. Lançar as *bases*, intelectuais e morais, para uma nova ordem social é um ideal suficientemente original e inspirador para provocar um novo espírito na profissão docente e para orientar os esforços que foram transformados radicalmente. Aqueles que defendem um ideal deste género não são fieis ao que professam através das suas palavras quando se alinham com reacionários, ridicularizando aqueles que tornariam a profissão uma realidade. A tarefa poderá ficar, eventualmente, na mão de educadores fascistas.

Texto originalmente publicado em *The Social Frontier – A Journal of Educational Criticism and Reconstruction*. Outubro 1934 Vol. 1 N. 1 paginas 11 e 12.
Traduzido por João M. Paraskeva (Universidade do Minho, Portugal) e Luís Armando Gandin
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
